



**Edital n. 01/2019/CMDCA**

Abre inscrições para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Modelo-SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Modelo-SC no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 170/2014 e na Lei Municipal Nº. 2.401 de 02 de abril de 2019, abre as inscrições para a escolha dos membros do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar e dá outras providências.

**1. Da Comissão Especial Eleitoral (CEE)**

**1.1** Fica criada a Comissão Especial Eleitoral, responsável pela condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, a qual é constituída por composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, sendo formada pelos seguintes conselheiros: Representante do Poder Público - Marizete Maria Floss; Gilnei Roberto Vogel; e Jussane Tosetto Frandoloso; Representante da Sociedade Civil - Eliana Mara Kothe; Lisani Birk; e Paulo Estevão Rudiger.

**1.2** Compete à Comissão Especial Eleitoral:

- I - Conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, cumprindo o disposto neste Edital e demais normas aplicáveis;
- II - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de registro e impugnação de candidaturas e outros incidentes ocorridos na realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;
- III - Dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos;
- IV - Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos;
- V - Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;



VI - Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

VII - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados para o processo eleitoral, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

VIII - Escolher e divulgar os locais de votação e apuração dos votos;

IX - Realizar, com apoio do Poder Executivo municipal, as gestões necessárias à obtenção de urnas e listas de eleitores, efetuando todo planejamento necessário para que sejam cumpridos os prazos estabelecidos;

X - Providenciar a confecção das células para votação manual, conforme modelo a ser aprovado;

XI - Adotar todas as providências necessárias para a realização do pleito, podendo, para tanto, selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha;

XII - Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

XIII - Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

XIV - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

XV - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

XVI - Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;

XVII - Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores;

XVIII - Resolver os casos omissos.



## 2. DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO

2.1 Ficam abertas 5 (cinco) vagas para a função pública de membro do Conselho Tutelar para cumprimento de mandato de 4 (quatro) anos, no período de 10 (dez) de janeiro de 2020 a 09 (nove) de janeiro de 2024, em conformidade com o art. 139, §2º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

2.2 O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar, constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral, não gerando vínculo empregatício com o Poder Executivo Municipal.

2.3 Os 5 (cinco) candidatos que obtiverem maior número de votos, em conformidade com o disposto neste edital, assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

2.4 Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

2.5 A vaga, o vencimento mensal e carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária semanal	Vencimentos
Membro do Conselho Tutelar	05	20 h	R\$ 1.050,29

2.6 O horário de expediente do membro do Conselho Tutelar é das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

2.7 Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 20 (vinte) horas de atividades e ainda escalas de sobreaviso para o período noturno, horário de almoço, feriados, sábados e domingos, idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

2.8 O exercício da função de Conselheiro Tutelar exige, além da carga horária semanal de trabalho, à realização de sobreaviso, a participação em reuniões de colegiado, trabalho e capacitações, realizadas no próprio Município ou fora dele, bem como a presença em atos públicos, realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas, em como outras atividades externas.



**2.9** O horário de funcionamento do Conselho Tutelar, disposto acima, poderá ser alterado por Decreto Municipal.

**2.10** Serão abertas (02) duas vagas para período matutino e 03 (três) vagas para período vespertino.

**2.11** Para escolha do turno de expediente diário do Conselheiro Tutelar será observada a ordem de classificação do pleito eleitoral, sendo que o que obteve mais votos escolhe primeiro seu turno de trabalho e assim sucessivamente.

**2.12** A jornada extraordinária do membro do Conselho Tutelar, em sobreaviso será compensada, conforme dispõe a Lei Municipal Nº. 2.401 de 02 de abril de 2019.

**2.13** As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal Nº. 2.401 de 02 de abril de 2019.

**2.14** Os servidores públicos municipais efetivos, quando eleitos para o cargo de membro do Conselho Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público proporcional a carga horária dedicada a função, acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta na Lei Municipal Nº. 2.401 de 02 de abril de 2019, sendo-lhes assegurados todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato, exceto para fins de promoção por merecimento.

### **3. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES**

**3.1** O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal Nº. 2.401 de 02 de abril de 2019.

**3.2** O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

- I. Inscrição para registro das candidaturas;
- II. Capacitação prévia, com carga horária de 08 horas e 100% de frequência, sob pena de indeferimento da candidatura;



- III. Sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Modelo-SC, cujo domicílio eleitoral tenha sido fixado dentro de prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao pleito.

#### 4. DOS REQUISITOS A CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO

4.1 Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar, os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal Nº 2.401/2019, a saber:

- I - Reconhecida idoneidade moral, comprovada mediante certidão negativa criminal emitida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina;
- II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III - Residência no Município;
- IV - Conclusão do ensino médio;
- V - Não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar no município em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;
- VI - Não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VII - Anuência e concordância em participar, com frequência de 100%, em curso prévio de capacitação, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que será realizado anteriormente a data da eleição, de frequência obrigatória dos candidatos, comprovada através de Declaração firmada pelo interessado, sob pena de indeferimento da candidatura;
- VIII - Ter conhecimento básico de informática, comprovada mediante auto declaração.

4.2 Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, cópia dos seguintes documentos:

- I. Carteira de Identidade;
- II. CPF;
- III. Certidão de Nascimento ou Casamento;
- IV. Comprovante de residência;



- V. Certificado de quitação eleitoral<sup>1</sup>;
- VI. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual<sup>2</sup>;
- VII. Certidão negativa da Justiça Eleitoral<sup>3</sup>;
- VIII. Certidão negativa da Justiça Federal<sup>4</sup>;
- IX. Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio;
- X. Comprovante de curso de informática ou autodeclaração;
- XI. Declaração de concordância em participar, com 100% de frequência em curso prévio de capacitação, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, que será realizado anteriormente a data da eleição;
- XII. Requerimento solicitando a inscrição no processo de escolha, assinado pelo candidato, acompanhado da documentação acima requerida (Anexo II).

**4.3** O candidato servidor público municipal efetivo deverá apresentar Declaração do chefe do Poder Executivo Municipal, que autoriza o mesmo a concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar e se eleito for permanecer à disposição do Conselho Tutelar, 20 (vinte) horas semanais, que corresponde ao expediente diária de trabalho do conselheiro tutelar.

## **5. DOS IMPEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLHA**

**5.1** O membro do Conselho Tutelar, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio, não poderá participar do presente processo.

## **6. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO**

**6.1** São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

<sup>1</sup> Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>

<sup>2</sup> Disponível em <https://www.tjsc.jus.br/certidoes>

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>

<sup>4</sup> Disponível em <http://www.cjf.jus.br/servicos/cidadao/certidao-negativa>



**6.2** Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

**6.3** Caso haja entre os 05 candidatos mais votado grau de parentesco previsto neste capítulo será considerado eleito aquele que tiver maior votação e em caso de empate o de maior idade.

**6.4** Os atuais membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a partir de sua inscrição nos termos deste Edital, devem afastar-se das funções inerentes a atual representação até o resultado final do processo de escolha.

## **7. DAS INSCRIÇÕES**

**7.1** As inscrições ficarão abertas do dia 15 (quinze) de abril a 05 (cinco) de junho de 2019, em horário de atendimento ao público, das 7:30 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas as 17:30 horas, no Centro de Referência de Assistência Social. Caso não haja o número mínimo de candidatos inscritos (10 inscritos), o prazo de inscrições será prorrogado do dia 07 (sete) a 21 (vinte e um) de junho de 2019.

**7.2** As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

**7.3** No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar requerimento de inscrição para registro da candidatura, além dos documentos previstos no item 4 (quatro) deste edital.

**7.4** Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.

**7.5** No momento da inscrição somente será verificado se todos os documentos exigidos foram entregues, os quais posteriormente serão avaliados pela Comissão Especial Eleitoral, que analisará se todos os requisitos foram comprovados.



7.6 No ato da inscrição o candidato receberá um comprovante de inscrição, com número de registro que será atribuído sequencialmente, segundo a ordem de inscrição.

7.7 Não será admitida a entrega ou substituição de qualquer documento após o ato da inscrição.

7.8 Todos os documentos que não forem originais, deverão ser entregues as cópias, as quais não serão copiadas no local da inscrição e apresentadas os originais para conferência.

7.9 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas no requerimento de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

7.10 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e na Lei Municipal Nº. 2.401 de 02 de abril de 2019, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

7.11 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 04 (quatro) deste edital.

7.12 A inscrição será gratuita.

7.13 É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

## 8. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

8.1 As informações prestadas no requerimento de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

8.2 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas no requerimento de inscrição, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.





- 8.3** A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o requerimento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.
- 8.4** A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal Nº. 2.401 de 02 de abril de 2019 e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- 8.5** A relação de inscrições deferidas e indeferidas será publicada no dia 26 (vinte e seis) de junho de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.
- 8.6** O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, a contar da data da publicação, através de ofício, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail), o qual deve ser protocolado no Centro Referência de Assistência Social - CRAS, no período de no período 27 (vinte e sete) a 28 (vinte e oito) de junho de 2019, no horário das 07:30 horas as 12:00 horas e das 13:00 horas.
- 8.7** A Comissão Especial Eleitoral deverá deliberar e apresentar o resultado dos recursos até o dia 03 (três) de julho de 2019.
- 8.8** Da decisão de indeferimento da Comissão Especial Eleitoral o candidato poderá interpor novo recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 04 (quatro) a 10 (dez) de julho de 2019, no horário de atendimento ao público, no Centro Referência de Assistência Social – CRAS, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).
- 8.9** A divulgação do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como da lista de todos os candidatos cujas inscrições foram deferidas deverá ocorrer até dia 15 (quinze) de julho de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.
- 8.10** Publicada a relação de inscrições deferidas, qualquer cidadão, o Ministério Público e o próprio CMDCA, pessoa poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 16 (dezesesseis) a 18 (dezoito) de julho de 2019, no horário de atendimento ao público, no Centro Referência de Assistência



Social – CRAS, admitindo-se o envio de impugnações por meio eletrônico, vedado o anonimato.

**8.11** A publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela Comissão Especial Eleitoral deverá se dar até dia 22 (vinte e dois) de julho de 2019.

**8.12** Os candidatos impugnados poderão interpor recurso junto a Comissão Especial Eleitoral até o dia 24 (vinte e quatro) de julho de 2019, a qual deverá se manifestar em 24 (vinte e quatro) horas.

**8.13** No caso de manutenção da impugnação pela Comissão Especial Eleitoral, o candidato poderá interpor recurso dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no período de 26 (vinte e seis) de julho a 01 (primeiro) de agosto de 2019.

**8.14** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação sobre os recursos interpostos, publicará a lista final dos candidatos aptos a participar da capacitação no dia 05 (cinco) de agosto de 2019.

**8.15** No dia 15 (quinze) de agosto de 2019 será realizada a capacitação dos candidatos considerados aptos, das 07:30 horas as 11:30 horas e das 13:30 as 17:30 horas.

**8.16** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, publicará a lista final dos candidatos habilitados após curso de capacitação no dia 26 de agosto de 2019.

**8.17** Os candidatos habilitados receberão um número de inscrição, composto por, no mínimo, 02 (dois) dígitos, distribuído em ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidato.

## **9. DA PROPAGANDA ELEITORAL**

**9.1** A propaganda eleitoral poderá ser realizada entre os dias 02 de setembro a 05 de outubro de 2019.

**9.2** Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

**9.3** A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e *curriculum vitae*.



9.4 A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.

9.5 É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

9.6 Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

- I. abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;
- II. doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
- III. propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;
- IV. a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;
- V. a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;
- VI. a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;
- VII. favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;
- VIII. confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;
- IX. propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors ou carro de som;
- X. propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:
  - a. considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;
  - b. considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
  - c. considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho



Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

**9.7** No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

- I. Utilização de espaço na mídia;
- II. Transporte aos eleitores;
- III. Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreatas;
- IV. Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;
- V. Propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;
- VI. Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

**9.8** Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

**9.9** Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

**9.10** O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**9.11** É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização dos candidatos.

**9.12** É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena



de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

## 10. DA ELEIÇÃO

**10.1** Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores aptos no cadastro da Justiça Eleitoral no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

**10.2** A eleição será realizada no dia 06 (seis) de outubro de 2019, no horário das 8hs às 11hs.

**10.3** Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 (cinco) de setembro de 2019, publicados nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

**10.4** Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.

**10.5** Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 3 (três) meses antes do pleito eleitoral, cujo nome conste na lista de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral.

**10.6** Não se admitirá a inclusão manual de nomes na lista de eleitores, nem o voto de eleitores cujo nome não esteja na lista.

**10.7** O voto é sigiloso e o eleitor votará em cabina.

**10.8** O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.

**10.9** Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

**10.10** A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.

**10.11** O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.



**10.12** Serão considerados nulos os votos que contiverem rasuras e tiverem mais de um candidato assinalado (escolhido).

**10.13** A votação se dará em urna eletrônica, cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com a indicação do respectivo número do candidato.

**10.14** Caso não seja possível contar com a cessão das urnas eletrônicas, a votação se dará por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, aprovadas previamente pela Comissão Especial Eleitoral, a qual conterá o número e nome do candidato e espaço para o eleitor indicar com um X o candidato de sua escolha.

**10.15** Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

**10.16** Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

**10.17** O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

**10.18** O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

**10.19** Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

**10.20** A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial Eleitoral.

**10.21** Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:

- I. Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;
- II. O cônjuge ou o companheiro do candidato;
- III. As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.



**10.22** Os candidatos poderão indicar 01 (um) fiscal por cada seção eleitoral (local de votação), que deverão estar identificados por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade destes à Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 (cinco) de setembro de 2019.

## **11. DA APURAÇÃO**

**11.1** A apuração dar-se-á na sede na sede do Departamento Municipal de Assistência Social, imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral, contando com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Especial Eleitoral.

**11.2** Após a apuração dos votos, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**11.3** Após o término das votações, o Presidente, o Mesário e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.

**11.4** Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação.

**11.5** Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

**11.6** Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

**11.7** No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com mais idade, permanecendo o empate será feito sorteio.

## **12. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS**

**12.1** O resultado da eleição será publicado no dia 07 (sete) de outubro de 2019, em de Edital publicado nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

**12.2** Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



**12.3** A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 (dez) de janeiro de 2019.

**12.4** Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**13.1** As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal Nº. 2.401 de 02 de abril de 2019, sem prejuízo das demais leis afetas.

**13.2** O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

**13.3** A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

**13.4** As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

**13.5** Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

**13.6** O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**13.7** É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

**13.8** O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

**13.9** Fica facultada à Comissão Especial Eleitoral e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**MUNICÍPIO DE MODELO**

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**



proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

**13.10** Fica eleito o Foro da Comarca de (nome da Comarca) para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**13.11** O processo de escolha seguirá o cronograma constante no anexo I deste edital.

**GILNEI ROBERTO VOGEL**

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-  
CMDCA  
Modelo-SC

**JUSSANE TOSETTO FRANDOLOSO**  
Presidente Comissão Especial Eleitoral  
Modelo-SC

**ANEXO I**  
**CRONOGRAMA**

<b>Data</b>	<b>Etapa</b>
05/04/2019	Publicação do Edital
15/04/2019 a 05/06/2019	Prazo para registro das candidaturas
06/06/2019	Análise do pedido de registro das candidaturas, pela Comissão Eleitoral Especial (CEE).
07/06/2019 a 21/06/2019	Período de prorrogação das Inscrições caso não tenha o número mínimo de candidatos inscritos (10 inscritos)
24 e 25/06/2019	Análise do pedido de registro das candidaturas, pela Comissão Eleitoral Especial (CEE).
26/06/2019	Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela CEE.
27 e 28/06/2019	Prazo para interposição de recurso junto a CEE, ao candidato inabilitado.
03/07/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos.
04/07/2019 a 10/07/2019	Prazo ao candidato indeferido proceder interposição de recurso junto ao CMDCA.
15/07/2019	Publicação, pelo CMDCA, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como, de edital informando o nome de todos os candidatos cuja inscrição foi deferida.
16/07/2019 a 18/07/2019	Prazo para impugnação das candidaturas junto a CEE, pela população geral.
22/07/2019	Publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela CEE
23 e 24/07/2019	Prazo aos candidatos impugnados para interposição de recurso junto a CEE.
25/07/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
26/07/2019 a 01/08/2019	Prazo aos candidatos impugnados pela CEE, para interposição de recurso junto a CMDCA.
05/08/2019	Publicação da lista dos candidatos aptos a participar da capacitação.
15/08/2019	Capacitação dos candidatos
26/08/2019	Publicação final dos candidatos habilitados
02/09/2019	Divulgação dos locais e votação
02/09/2019 a 05/10/2019	Período destinado a campanha
06/10/2019	Eleição
07/10/2019	Publicação da apuração
10/01/2020	Posse





ANEXO II

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ brasileiro (a), estado civil \_\_\_\_\_, Profissão \_\_\_\_\_ Portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_ Residente e domiciliado(a) na rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_ e-mail \_\_\_\_\_, venho através do presente REQUERER minha inscrição para concorrer ao cargo de Conselheiro(a) Tutelar, conforme Edital 001/2019 do CMDCA.

Juntamente com este requerimento, declaro e entrego toda documentação solicitada no edital.

Modelo, SC. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do requerente



Anexo III

**DECLARAÇÃO DE COMPROVANTE DE RESIDENCIA**

**( caso o comprovante esteja em nome de outra pessoa)**

Eu \_\_\_\_\_, brasileiro, solteiro,  
domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_,  
Bairro \_\_\_\_\_, sob RG nº \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_,  
declaro para os devidos fins que resido no seguinte endereço: Rua  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_,  
Bairro \_\_\_\_\_, em Modelo/SC.

Modelo, SC, aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura)



ANEXO IV

MODELO DE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Eu \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_,  
domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, sob RG  
nº \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, solicito a impugnação  
da candidatura de \_\_\_\_\_ pelo seguinte  
motivo \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Modelo, SC, aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura